

O fundamentalismo protestante e a formulação da política externa norte-americana*

*Protestant fundamentalism and
the formulation of the American foreign policy*

Talita de Souza Módolo

Resumo

O presente artigo pretende contribuir para maior esclarecimento dos fatores que influenciam a política de inserção dos EUA no Sistema Internacional. Para tanto, serão analisados quais são os padrões recorrentes de conduta que tem orientado a formulação da política externa norte-americana, principalmente, após os atentados terroristas de 11/9. Partimos da idéia de que o fundamentalismo protestante, advindo com os primeiros colonos ingleses que chegaram aos EUA, juntamente com a sua idéia de “nação excepcional” e “missão especial”, tem exercido grande influência tanto na formação da identidade coletiva e do Estado norte-americano quanto nas políticas elaboradas pelo governo dos EUA, em especial em resposta aos atentados terroristas de 11/9.

Palavras-chave: Estados Unidos; Fundamentalismo protestante; Política externa norte-americana; Pensamento neoconservador.

* Este artigo é o resultado de uma tese de monografia exposta em julho de 2006. Gostaria de agradecer ao meu orientador prof. Onofre dos Santos Filho, pelas construtivas críticas e ao prof. Eduardo Soares Neves Silva pela idéia em escrever este artigo.

É quase impossível debater as questões internacionais contemporâneas sem levar em conta a influência dos EUA no desdobramento dessas. Este artigo pretende contribuir para maior esclarecimento dos fatores que influenciam a política de inserção dos EUA no Sistema Internacional. Ou seja, ele tem por finalidade identificar e analisar quais são os padrões recorrentes de conduta que têm orientado a formulação da política externa estadunidense, principalmente após os atentados terroristas de 11 de setembro.

Parte-se da idéia de que o fundamentalismo protestante tem exercido grande influência sobre as políticas elaboradas pela administração do republicano George W. Bush. Tal conjectura é plausível se consideramos, tendo em vista o modelo construtivista de análise,¹ que o processo de formação e constituição da sociedade norte-americana encontra as suas raízes no calvinismo e no puritanismo protestante, trazido pelos primeiros povoadores ingleses ainda no século XVII. É parte do imaginário desses povoadores a idéia de a América ser como a “nova Jerusalém” e de seu povo ser como a nova “nação eleita” destinada a levar os desígnios de Deus para o resto do mundo.

Assim, graças ao processo de constituição dos EUA, este artigo pressupõe que, com base nas idéias vindas com os protestantes ingleses, é que os indivíduos norte-americanos produziram os seus padrões recorrentes de conduta, construindo, dessa forma, o seu sistema social de referência. Considera-se também que esse sistema – parte da estrutura social norte-americana – possibilitou a emergência de práticas que se cristalizaram na doutrina e na tradição de política externa, permitindo, dessa forma, a formação da autoimagem do Estado norte-americano em suas interações internacionais. De maneira geral, pressupõe-se que a interpretação fundamentalista do conteúdo dos preceitos bíblicos é parte do referencial das estruturas de conhecimento coletivo norte-americano e como tal influencia a identidade nacional e, conseqüentemente, a própria identidade do Estado norte-americano.

Os atentados terroristas de 11 de setembro

No dia 11/9/2001, três aviões de passageiros seqüestrados por terroristas nos EUA atingiram símbolos tradicionais do poderio econômico e militar norte-

¹ O modelo construtivista de análise acata o pressuposto de que a realidade social é afetada pelo entendimento coletivo. Isso significa que para os construtivistas as estruturas e seus agentes – detentores de valores, imagens, idéias e interesses – são determinantes para se entender a sociedade e explicar o comportamento social. É, portanto, por meio da análise construtivista acerca da interação entre agentes e estrutura que este artigo busca entender a influência dos preceitos bíblicos do fundamentalismo protestante como parte do referencial das estruturas de conhecimento coletivo norte-americano e, conseqüentemente, da própria identidade do Estado norte-americano. Informações sobre essa literatura podem ser obtidas em Wendt, 1999.

americano, causando cerca de três mil mortes. Os atentados terroristas provocaram profunda comoção internacional não somente pela sua dimensão política, econômica e militar, mas também pela sua inovação, ousadia e por seu caráter espetaculoso. Nos EUA, por sua vez, os atentados tiveram mais do que implicações estratégicas e econômicas, isto é, resultaram em implicações morais que atingiram de frente os pilares da sociedade norte-americana e seus valores, como o direito de ir e vir dentro de seu próprio território. Além disso, eles derrubaram umas das poucas certezas sobre a segurança global e provaram que a única superpotência restante da Guerra Fria era tão vulnerável quanto qualquer outro país.

Vale destacar, entretanto, que essa não foi a primeira vez que os EUA foram atacados por terroristas. Entre 1993 e 2000, o país sofreu diversos atentados – como a primeira explosão nas torres gêmeas por meio de um carro-bomba em 1993, os atentados nas embaixadas norte-americana no Quênia e na Tanzânia em 1998 e o ataque ao navio da Marinha *USS Cole* em 2000. O próprio terrorismo não é um fato novo para os EUA. Ele já era tido como uma preocupação desde a Guerra Fria. Não é à toa que o argumento utilizado pelos norte-americanos para a construção de um escudo antimíssil seja representado pelas armas de destruição em massa em posse de terroristas ou de “Estados inimigos”.

No entanto, é somente a partir dos ataques de 11/9 que o terrorismo, de fato, passa a ser considerado a principal ameaça à segurança dos EUA. Pois, ao contrário dos outros atentados que foram cometidos pelos próprios norte-americanos ou por estrangeiros fora do território americano, os de 11/9 foram mais singulares, na medida em que foram planejados e cometidos por estrangeiros no interior do território norte-americano.

Assim, após os atentados de 11/9/2001, o presidente George W. Bush, que dez meses antes fora eleito presidente dos EUA pelo Partido Republicano e por “uma estranha aliança que envolvia protestantes texanos produtores de petróleo e a inteligência pró-Israel da costa oeste” (SANTOS FILHO, 2003, p. 7), põe em prática um “novo perfil unilateral, agressivo e ofensivo na condução da política externa norte americana” (VIGEVANI; OLIVEIRA, 2001, p. 94) como forma de promover os interesses nacionais norte-americanos.

Convém ressaltar, contudo, que a política externa da administração Bush não se afastou muito da de seus antecessores, já que, desde o fim da Guerra Fria, o objetivo da política externa estadunidense tem sido, em razão de seu papel hegemônico, a primazia dos EUA no sistema internacional. Ocorre que o governo republicano de Bush já vinha adotando uma postura mais unilateral e agressiva que a do seu antecessor na busca dos interesses do país.

E os atentados de 11/09, aliados ao conjunto de idéias e de visão de mundo que sustenta o governo republicado de Bush, vão aprofundar essa tendência e redirecioná-la mais claramente em termos unilaterais, na medida em que eles vão dotar de sentido mais explícito as idéias neoconservadoras² que legitimam as práticas por elas requeridas em termos da missão mundial e do papel dos EUA no mundo.³

A resposta estadunidense aos atentados de 11/9: a doutrina Bush e a guerra ao terror

Como fora dito, os atentados terroristas de 11/9 dotam de sentido mais explícito as idéias dos neoconservadores, dando uma legitimidade às práticas por eles requeridas em termos da missão dos EUA no mundo. A administração republicana de George W. Bush, por sua vez, soube conduzir muito bem esse momento oportuno, implementando, logo após os ataques, as bases para um novo século americano,⁴ em que a reorientação mundial seria feita valendo-se dos valores e dos interesses dos norte-americanos.

Em meio a esse novo contexto, a resposta norte-americana foi dada pelo que ficou conhecido como a Doutrina Bush de Segurança.⁵ Tal doutrina parte do pressuposto de que os valores de liberdade são os únicos valores certos

² Os neoconservadores consideram o poder dos EUA fundamental para a estabilidade e a ordem internacional. Para eles, os EUA têm o dever de manter uma força militar capaz de lidar com os desafios que coloquem em risco a ordem e a sua primazia na cena internacional. Além de promover, através de sua política externa, os valores americanos para todo o globo.

³ Seu unilateralismo passa a ser dirigido não somente à periferia do sistema, como também às grandes potências. Entre essas ações, vale lembrar a expulsão de diplomatas russos dos EUA; o envio de um avião norte-americano de espionagem à China e a exigência de um pedido de desculpas da China por tê-lo abatido; a não-ratificação do Protocolo de Kyoto assinado pela administração Clinton; a rejeição do tratado que criaria o Tribunal Penal Internacional; o boicote à Conferência Mundial sobre Racismo; a rejeição do Protocolo de Convenções de Armas Biológicas; a elevação das barreiras tarifárias à importação de aço e a promulgação da lei de subsídios agrícolas.

⁴ As bases para o novo século americano – denominado Reconstruindo as defesas da América: estratégia, forças e recursos para um novo século – foi um documento elaborado em 2000 por intelectuais que hoje ocupam postos importantes na administração republicana de George Walker Bush, como Paul Wolfowitz, Dick Cheney, Donald Rumsfeld e Condolizze Rice. Esse documento, por sua vez, origina-se de um manifesto publicado em 1997 pelo mesmo grupo, denominado o Projeto para um Novo Século Americano – PNAC –, em inglês. Mais informações sobre esses documentos podem ser obtidas em <<http://www.newamericancentury.org/>>.

⁵ Também conhecida como a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA. Tal estratégia é um documento oficial do governo norte-americano no qual esse traça o novo caminho da política externa dos EUA após os atentados de 11/9. Informações sobre esse documento podem ser obtidas em <<http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html>>.

e verdadeiros para todas as pessoas, em todas as sociedades e que é o dever de todas as pessoas que amam a liberdade proteger esses valores contra seus inimigos. Em consequência disso, a Doutrina Bush assegura que os EUA, por gozarem de uma posição de incomparável força militar e grande influência política e econômica, têm o dever de proteger esses valores e o mundo civilizado de terroristas que “vivem nas sombras”, que se superpõem aos Estados e planejam ataques iminentes com armas de destruição em massa.

Atualmente, os EUA gozam de uma posição de incompatível força militar e grande influência política e econômica [...] Os Estados Unidos usarão esse momento de oportunidade para estender os benefícios de liberdade por todo o globo. Nós lutaremos ativamente para trazer a esperança da democracia, do desenvolvimento, dos mercados livres e do livre comércio para todos os cantos do mundo. (BUSH, 2002, p. 78)

Com esse dever de ter que defender a liberdade e a justiça contra as forças do mal, porque esses valores são os certos e verdadeiros para todos os povos de todas as partes do mundo, a Doutrina Bush reserva aos EUA a prerrogativa de lançar ataques preventivos contra países ou grupos terroristas antes mesmo que eles ameacem os seus interesses. A idéia-chave que orienta essa nova doutrina é a de guerra preventiva na qual os EUA advogam o direito de empreender ações punitivas baseadas apenas no juízo que podem estabelecer acerca de quais atores consideram seus aliados ou inimigos.

Por uma questão de bom senso e de autodefesa, a América agirá contra essas ameaças emergentes antes mesmo de elas estarem totalmente formadas [...] os EUA irão se empenhar incessantemente para angariar apoio da comunidade internacional; no entanto, não hesitaremos em agir sozinho, se necessário, para exercer nosso direito de autodefesa, agindo de forma preventiva contra esses terroristas, para evitar que eles causem danos a nosso povo e a nosso país. (BUSH, 2002, p. 79)

A Doutrina Bush acentua ainda a manutenção a qualquer custo da unipolaridade estratégica e a necessidade de se reforçar a proteção à ordem doméstica, garantindo-a contra ameaças potenciais ou efetivas advindas de qualquer parte do globo.

De maneira geral, podemos dizer que a política externa norte-americana posta em prática pelo governo Bush reivindica para si que Washington pode ditar a sua lei onde e quando quiser porque os seus interesses nacionais estão acima de qualquer outro (MARTINS, 2003, p. 9), na medida em que os seus interesses são identificados como os interesses de todo o Sistema Internacional. Em decorrência disso, eles imaginam que os EUA poderiam agir da

forma que pretendessem, uma vez que, defendendo os seus interesses, eles estariam protegendo os interesses de toda a humanidade, já que os valores que os Estados Unidos defendem são os valores de todos os homens. Além disso, ela afirma ser um dever dos EUA manter o mundo livre do terror e trabalhar para fazer do mundo um lugar melhor para todos os cidadãos.⁶

A influência do fundamentalismo protestante sobre o conjunto de idéias e de visão de mundo dos neoconservadores

O pensamento neoconservador⁷ – conjunto de idéias e de visão de mundo que dão sustentação ao governo republicano de Bush e que conduziram à implementação da nova política externa estadunidense em resposta aos atentados terroristas de 11/9 – se originou, durante a Guerra Fria, de uma facção mais ativista do Partido Democrata. Entretanto, durante a década de 1970, os neoconservadores romperam com os democratas, sendo de importância na formação da nova direita, que conquistou o Partido Republicano durante o governo de Reagan e que atualmente exerce forte influência no governo norte-americano.

Os neoconservadores possuem convicções estritas sobre a importância do aspecto moral na vida política, doméstica ou externa dos EUA. Com efeito, sua atuação tem sido bastante marcada pela busca do resgate dos valores morais e ideais que consideram corretos na conduta política que eles identificam como formador do *ethos* central da sociedade estadunidense. Além disso, eles têm plena convicção da superioridade dos EUA diante dos demais países e na sua missão – no seu *destino manifesto* – de levar ao mundo a sua liberdade e as suas instituições.⁸

⁶ A divisão do mundo entre o eixo do “bem” – composto por aqueles Estados que estão ao lado dos EUA – e eixo do “mal” – por aqueles que não são aliados dos EUA; a invasão no Afeganistão, com a justificativa de capturar Osama Bin Laden e de levar os valores democráticos àquela região; o processo de invasão do Iraque sem o aval da ONU; e todas as outras ações ao que se denominou de “guerra incessante ao terror” são alguns exemplos das ações empreendidas pelos EUA a partir da Doutrina Bush.

⁷ Os neoconservadores são um conjunto de pensadores e intelectuais que têm se afirmado na cena política norte-americana. O pensamento neoconservador denota forte tendência para o maniqueísmo, percebendo o mundo como uma luta permanente entre as forças do Bem e do Mal, entre a Luz e as Trevas. Para eles, os EUA são o povo que mais se aproxima daquilo que consideram ser o bem. Tal supremacia moral funciona como justificativa para qualquer ameaça a posição dos EUA no sistema e para a sua grande ênfase dada à necessidade dos EUA construírem um poderio militar capaz de derrotar qualquer inimigo, antes mesmo dele surgir.

⁸ CHAVES. O pensamento neoconservador e a política externa dos EUA: A construção da nova ordem internacional. Ver em: <<http://www.ciari.org>>.

Como, de acordo com Wendt (1999), as identidades dos indivíduos são construídas pelas idéias compartilhadas resultantes das interações sociais advindas do contexto no qual o ator surgiu e do qual assimilou valores, a moralidade política e social manifestada pelos neoconservadores tem sua razão de existir. Esse sentimento de desprendida superioridade, por exemplo, é a espinha dorsal daquilo que é atribuído ao caráter americano nas manifestações mais antigas de seu imaginário social. Suas origens remontam ao processo de constituição da sociedade e da nação norte-americana. Diferentemente da colonização das Índias e da América Latina, a fundação das primeiras colônias americanas foi resultado de um movimento religioso conhecido pelo nome de puritanismo.

Os puritanos constituíam parte da Igreja Anglicana que desejavam levar os princípios da reforma protestante aos limites de sua prática social e estabelecer tanto uma religião como uma norma divina de conduta dos indivíduos baseada na Bíblia, tal como eles a interpretavam. A motivação para esse desejo decorria do fato de que para os colonos puritanos ingleses a Inglaterra, e a Europa de maneira geral, estava corrompida pelo desvio moral, pela desordem política, pela insegurança econômica e pelos muitos traços de origem católica em seus rituais que comprometiam os verdadeiros seguidores de Deus.⁹

Assim, graças ao “depravamento moral” europeu e a perseguição de que foram objeto na Inglaterra, os puritanos, acreditando estar sendo guiados como os judeus por Samuel (7:10) – “além do mais apontarei um lugar para meu povo, Israel, e o fixarei ali, para que ele possa viver num lugar próprio e não se mudar mais” –, enfrentaram o Atlântico em busca do Novo Mundo. Para esses colonos a vida no Novo Mundo centrava-se em torno da busca de uma melhor sociedade humana, que seria também uma sociedade de seres humanos melhores, vivendo em uma ordem social e política baseada na liberdade e dedicada ao bem-estar dos seus membros.

Na realidade, esses colonos que iniciaram o processo de formação interna dos EUA consideravam que a Inglaterra, a “nação eleita” por Deus, falhara como povo sujeito a sua vontade, de modo que caberia a eles ser essa nova “nação eleita” destinada a cumprir os desígnios de Deus na Terra. De acordo com essa lógica, o Novo Mundo seria a terra indicada divinamente por Deus para que eles organizassem o mundo de acordo com a vontade divina.

⁹ De acordo com Sellers (1990), tal percepção decorria do insucesso de suas idéias na época da Revolução Inglesa. Assim, devido ao descontentamento com a Revolução, esses puritanos migravam para a América para justamente realizar nela o que não conseguiram realizar na Inglaterra com a Revolução.

Aos colonos puritanos ingleses cabia, portanto, a missão de ser os intermediários de Deus na Terra. Convém ressaltar, no entanto, que na visão deles Deus valia-se de intermediários não pela deficiência de seu poder, mas pela superabundância de bondade, a fim de comunicar a todas as criaturas a dignidade de sua causa.

Podemos notar, então, que esses colonos sentiam-se como um povo peculiar – o Israel do novo tempo. Para eles, Deus havia predestinado o seu povo para preparar o caminho para a realização do Seu reino na terra. Eles seriam a nova “nação eleita” destinada a levar as suas luzes ao mundo não-regenerado. A sensação que eles tinham é que eles estavam em comunhão direta com Deus e, por isso, o Espírito de Deus os tinha encarregado do dever de purificar a sociedade.

Assim, por estarem ao lado de Deus, por serem o novo povo escolhido para estar sujeito a sua vontade e por estarem livres de quaisquer malefícios dos vícios europeus, os colonos norte-americanos se sentiam superiores. O sucesso da causa puritana na Guerra Civil inglesa, apesar da derrota final, reforçou-lhes ainda mais as convicções de estarem tomando a frente na direção de um mundo organizado de acordo com a vontade divina.

Quando surgiram os conflitos com a monarquia inglesa, os colonos foram levados a declarar, em 4 de julho de 1776, que a Inglaterra não mais comandava os seus territórios. Essa declaração teve como base a idéia de que todos os indivíduos e nações são criados iguais e livres, tendo, assim, o direito à sua autonomia e liberdade, não podendo ser dominados e controlados por qualquer força externa que ameacem o seu desenvolvimento e a sua reprodução.

De acordo com Pecequillo (2003), após a independência, os norte-americanos puderam se orgulhar ainda mais de seus ideais e de suas instituições republicanas. Com o único governo representativo do mundo, os americanos viam-se como pessoas moralmente melhores, que desfrutavam de direitos negados às massas européias. Seria, então, sua missão servir de exemplo para toda a humanidade.

No entanto, os Pais Fundadores, baseados nas crenças do movimento puritano de que a vida era um risco terrível e que aquele era um tempo de prova para os EUA, acreditavam que “não só o homem era vulnerável por sua propensão ao pecado, mas também as repúblicas o eram por sua tendência à corrupção” (SCHLESINGER, 1992, p. 7). Ou seja, a crença de que os americanos eram o povo eleito não implicava uma jornada tranqüila e segura para a salvação, pois a própria Bíblia dizia que o povo escolhido passaria por provações. Isso, de acordo com Pecequillo (2003), requeria para

eles não só um distanciamento da Europa e de todos os seus males, mas também um isolacionismo.¹⁰ Abrir o regime à influência externa era corromper a verdadeira natureza da América. Sendo assim, para garantir o sucesso de seu experimento, os norte-americanos defendiam a necessidade de seu desenvolvimento interno para que, assim, a viabilidade da sua implementação em outras sociedades fosse comprovada.

Devemos ressaltar, entretanto, que nesse caso o isolacionismo norte-americano não deve ser confundido com um afastamento total do Sistema Internacional, mas, sim, a um engajamento limitado e pontual em seu caráter, escopo e intensidade. Em outras palavras, isso significa dizer que a essência do isolacionismo estadunidense reside na rejeição de compromissos com outros Estados e na insistência de uma liberdade nacional de ação sem empecilhos de qualquer espécie (PECEQUILO, 2003, p. 48). A razão para isso é que a ação norte-americana sempre é entendida – pelos americanos – como a realização de um algo maior, como parte de uma tarefa missionária e maior atribuída a eles por eles mesmos.

As implicações das idéias do fundamentalismo protestante para a política externa estadunidense

Tal percepção teve implicações diretas na maneira pela qual os EUA concebiam a sua relação com o mundo e o seu lugar no Sistema Internacional. Em vista disso, as relações externas estadunidenses foram utilizadas para garantir a expansão da sua riqueza e dos seus interesses, sem a criação de compromissos que limitassem o alcance de sua ação.

A Doutrina do Destino Manifesto sintetiza bem essa idéia, uma vez que ela foi uma síntese de toda a estrutura social herdada dos primeiros colonos puritanos ingleses que formaram a nova nação. De acordo com Pecequilo (2003), tal doutrina estava vinculada à consecução da expansão territorial e dos interesses nacionais norte-americanos. Nela o direito e a necessidade da expansão em larga escala eram justificados pela crença de que Deus estava ao lado dos EUA e que por isso a sociedade norte-americana era a mais progressiva e os seus cidadãos os mais aptos a fazer um uso apropriado do solo.

Funcionando como uma justificativa para a racionalização de interesses de poder por meio de uma retórica de destino, fé, escolha e crença, a

¹⁰ “Genericamente, a Europa era, na visão norte-americana, um continente composto de países hostis e corruptos em sua essência, devido à natureza de seu sistema político e de suas atitudes externas, cujos conflitos e guerras internas levariam à sua própria destruição” (PECEQUILO, 2003, p. 46).

doutrina do Destino Manifesto fundamentava a perseguição de objetivos e a expansão do regime político em termos não somente de interesses, mas da importância, e necessidade, da disseminação da experiência norte-americana por meio de ações concretas. Em linhas gerais, o Destino Manifesto considerava que a expansão territorial representava um direito divino dos EUA de se espalhar por toda a América do Norte, com o apoio de Deus para a conquista, pois ela possibilitaria levar a liberdade e a democracia a locais em que ainda não existiam. (PECEQUILO, 2003, p. 56)

Dotadas de um sentido messiânico de propósito e de superioridade, essas atitudes deram um enfoque moralista às práticas internacionais norte-americanas. Por isso suas ações de política externa são permanentemente impregnadas de moralidade, e suas posições são sempre anunciadas em tons majestosos.

A política externa dos EUA é caracterizada por um acúmulo de tradições de comportamento internacional, nascidas no século XVIII, que são adaptadas e readequadas aos desafios concretos a serem enfrentados pelo país. Tais prioridades e questões da agenda variam (e continuam variando) conforme as pressões do contexto, havendo o predomínio de um ou outro tema, sua recombinação e atualização, mantendo-se sempre um núcleo básico de percepções sobre o sistema, os EUA e as suas estratégias. (PECEQUILO, 2003, p. 381)

Devemos destacar, contudo, que a clareza da política externa norte-americana não deve ser exagerada. Por exemplo, o princípio de não-envolvimento nos assuntos de outros países já sofria restrições. Como fora dito, esse princípio se aplicava, mais exatamente, à política de força européia, pela qual os EUA ainda sentiam certa repulsa, mesmo tendo superado economicamente as potências do Velho Mundo. Em outras áreas, no entanto, os EUA impunham-se ocasionalmente. Na realidade, a tradição americana em política externa é dual: existem tanto elementos politicamente isolacionistas, assim como elementos intervencionistas.

Para Pecequilo (2003), um dos sinais mais claros da tradição intervencionista americana foi a política implementada em 1823 pelo presidente James Monroe. Com a *Doutrina Monroe*, os EUA abandonaram a sua neutralidade e passaram a exercer maior influência sobre o Hemisfério Sul. A doutrina afirmava o direito das nações do continente americano de se tornarem livres e de seguirem um curso autônomo de suas ex-metrópoles; qualquer esforço para restabelecer o domínio europeu no hemisfério era tido como um ato hostil. Na realidade, a *Doutrina Monroe* retomava a idéia de especificidade da experiência norte-americana traçando uma linha divisória bem clara entre o Novo e o Velho Mundo. De maneira geral, ela era uma reafirmação da

posição estadunidense dentro de seu próprio continente, sinalizando aos demais países a sua zona de influência.

O intervencionismo era visto como a forma de sustentar a prosperidade contínua e sustentada dos EUA e de permitir, por meio da conquista de novos territórios, que o país realizasse a sua verdadeira vocação: a disseminação de seu ideal de nação e do experimento republicano e democrático (PECEQUILO, 2003, p. 382).

No entanto, foi o presidente Theodoro Roosevelt,¹¹ na primeira década do século XX, quem deu maior sustentabilidade para a transição intervencionista na política externa americana. De acordo com Pecequilo (2003), foi ele que pela primeira vez percebeu os EUA não como uma mera encarnação de um ideal de democracia que deveria servir de exemplo para toda a humanidade, mas como um poder. Na prática, porém, os EUA não abdicaram de seu papel de modelo para outras sociedades, eles somente fundamentaram uma nova prática de política externa onde o exercício de seu poder é dotado de sentido. Estender o seu poder para os povos que não compartilhavam do modelo social norte-americano era uma forma de estender o seu mundo àqueles que dele não compartilhavam. Como esses povos estavam em um estágio inferior à própria intervenção seria um mecanismo capaz de conduzi-los, pela presença norte-americana, a compartilharem desta superioridade.

Se o Corolário Roosevelt deu a sustentabilidade que faltava para o ingresso norte-americano no cenário mundial, a política de contenção¹² elaborada por Truman conclui toda essa transição para uma postura mais intervencionista. Esse processo, obviamente, exigiu uma reorientação da política externa estadunidense. Em primeiro lugar, as estratégias norte-americanas passaram a se guiar pela idéia da prevenção e não mais pelas propostas dos objetivos nacionais. Ademais, os EUA adotaram uma postura mais defensiva, no sentido de que o ataque só viria em resposta a um primeiro ataque do oponente.

¹¹ A política externa de Roosevelt ficou conhecida como o Corolário Roosevelt. Tal política assegurava aos norte-americanos o seu velho direito de inferir e intervir nos assuntos hemisféricos devido ao seu papel especial exercido no mundo. Além disso, tais intervenções e interferências deviam ser entendidas como o caminho natural da expansão do poder norte-americano em seu continente.

¹² A contenção foi o guia referencial central de toda a política externa norte-americana durante a Guerra Fria. Ela serviu para legitimar as ações expansionistas americanas na periferia do sistema internacional sob sua área de influência. Além disso, a contenção serviu também para maior cooperação entre os EUA e as demais potências ocidentais, uma vez que os EUA necessitavam desses países para conter a URSS.

A contenção levou o país de um extremo ao outro, do isolacionismo ao envolvimento na construção e administração da ordem geral do sistema. Mas, apesar dessa postura mais agressiva, ela conseguiu ser interpretada em termos da “missão” que os EUA deveriam assumir no pós-guerra. Entre essas, podemos citar a defesa pela liberdade dos povos e a sua proteção contra a ameaça soviética. Na realidade, com o surgimento do regime comunista, a política externa se tornou mais ideológica do que antes, pois os EUA nunca poderiam se sentir seguros enquanto uma forma política tão “hostil” existisse no mundo.

No que se refere à orientação das políticas dos EUA, vê-se, então, que existe em todos os padrões uma constante combinação entre o contexto interativo da atuação e as idéias originárias do imaginário de fundação da sociedade política e do Estado-Nação estadunidense. Assim, todas elas sempre acabam recebendo um tratamento especial que as reveste de uma interpretação ampla, ligada ao destino que esse imaginário atribui ao povo estadunidense e ao lugar diferenciado que os EUA devem ocupar no mundo. Embora possa haver, como demonstrado aqui, uma oscilação no peso que cada uma dessas implicações tem na formulação das políticas, as ações norte-americanas dificilmente são apresentadas como as de outra potência qualquer. Em ocasiões nas quais essa mescla não está tão clara, por exemplo, no caso da *détente*,¹³ os próprios norte-americanos tendem a questionar abertamente suas políticas, afirmando que elas não são representativas do verdadeiro caráter nacional.

De acordo com Pecequillo (2003), isso não significa que a política externa norte-americana seja sempre a mesma. Se isso fosse verdade, a política externa dos EUA permaneceria sempre reproduzindo, sem qualquer possibilidade de mudança, os mesmos padrões de relacionamento e domínio no sistema internacional. O que não é o caso. Como mostramos aqui, a política externa norte-americana evolui com o tempo e com as alterações contextuais às quais se encontra sujeita tanto internamente – na interação cotidiana entre o Estado e a sociedade – quanto externamente – na interação com outros Estados no sistema internacional. No entanto, as prioridades da política externa e as estratégias norte-americanas continuam ainda sendo elaboradas a partir da percepção de que os EUA têm a tarefa e o dever de manter a estabilidade global

¹³ “No caso da abordagem formulada por Nixon para a política externa – a *détente* –, ela foi questionada por desafiar o excepcionalismo norte-americano e seu imperativo de que a política tem que ser baseada sobre uma afirmação de valores transcendentais, uma vez que a mesma considerava que a América deveria adaptar estas verdades tradicionais a um novo ambiente internacional” (PECEQUILO, 2003, p. 145).

para assim poder garantir a reprodução de um ambiente internacional propício à expansão de seus valores, princípios e objetivos.

O pensamento neoconservador, o qual forneceu a base intelectual para a formulação da Doutrina Bush, não foge a essa regra. Talvez o que tenha permitido maior identificação entre os intelectuais neoconservadores e a nova percepção protestante orientada por um fundamentalismo político militante tenha sido a aproximação da direita cristã com a política norte-americana.

A aproximação do fundamentalismo protestante com a política norte-americana

O fundamentalismo¹⁴ é o nome auto-aplicado a uma vertente do movimento protestante conservador, antiliberal, que se formou nas principais denominações protestantes dos EUA. Trata-se de um movimento recente, que tem sua origem no início do século XIX. O fundamentalismo protestante emergiu entre 1910 e 1915, como uma reação contra o liberalismo e o modernismo, considerados como uma ameaça ao cristianismo tradicional. Seu objetivo básico era defender o princípio da inspiração divina plena da Bíblia (GALINDO, 1995, p. 169).

A aproximação dos fundamentalistas com a política norte-americana se deu a partir da década de 1920. Em consequência da agressiva militância fundamentalista durante os anos 20, o movimento se fracionara em duas correntes: uma separatista e radical, conhecida como fundamentalismo de extrema direita, e outra, moderada e conciliadora, mais conhecida como evangélica.¹⁵ De acordo com Galindo (1995), enquanto a ala mais moderada insistia na necessidade de buscar soluções para os problemas sociais e políticos e de ajudar os pobres e as vítimas de injustiças, a fração fundamentalista insistia no afastamento de qualquer atividade política. Para eles os pregadores não foram chamados para ser políticos, mas, sim, salvadores de almas. Isso, no entanto, não os impediam de organizar campanhas políticas contra o evolucionismo, o comunismo, o humanismo, ou promover o patriotismo à “civilização cristã” (GALINDO, 1995, p. 176).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o comunismo torna-se para os fundamentalistas a ameaça iminente de solapar, até mesmo, a nação de Deus

¹⁴ De acordo com Galindo (1995), o termo “fundamentalismo” provém de uma coleção de 12 livros nos quais 64 autores fixaram os princípios de fé do movimento. A obra se intitulou *The fundamentals: a testimony to the truth*.

¹⁵ Esta corrente rejeitava para seus membros o qualificativo “fundamentalista”, aceitando-o só o de “evangélicas”. Este fato confunde um pouco as coisas, uma vez que há muitas pessoas que dizem “evangélicas” que são na realidade fundamentalistas.

– os EUA. Essa situação, somada com a crença de que só eles entendiam o sentido da palavra de Deus e de que só eles eram realmente puros para derrotar o “trio satânico” constituído pelo liberalismo, socialismo e comunismo, formou as bases perceptivas para a fusão entre as suas idéias e aquelas defendidas pela extrema-direita política norte-americana.¹⁶

A partir dessa relação, o fundamentalismo radical alcançará um rápido poderio econômico e cada vez mais participação nos assuntos da política mundial, de sorte que em fins de 1964 sua influência no ambiente norte-americano ultrapassava em muito as suas próprias fronteiras religiosas. (GALINDO, 1995, p. 181)

Tanto é assim que hoje nos EUA existem quatro grandes *thinks tanks* neoconservadores, influenciados pelas idéias do fundamentalismo protestante – como o *Project for the New American Century*, o *American Enterprise Institute*, o *Hudson Institute* e o *Center for Security Policy* –, que buscam influenciar a formulação da política externa estadunidense. Nossa análise, porém, limitar-se-á ao Projeto para um Novo Século Americano,¹⁷ PNAC em inglês, dada a sua ligação direta com a elaboração da Estratégia de Segurança Nacional dos EUA.

O próprio Bush também parece filiar-se a essa corrente religiosa fundamentalista como demonstra a sua adesão a alguns princípios do fundamentalismo protestante – tal como o apoio ao ensino da ciência criacionista antiDarwin nas escolas norte-americanas – ainda que esses firmem a própria Constituição.¹⁸ Na mesma direção vai a interpretação que ele próprio propõe de sua cura do alcoolismo como um reflexo da sua conversão religiosa.

É nesse sentido que se explica a revelação que o secretário de Comércio, Don Evans, fez ao jornal **US Today**, em 2/4/03, de que “Bush acredita ter sido

¹⁶ A extrema direita política norte-americana parte do pressuposto de que “somente os conservadores são leais a Cristo. Assim, a grande batalha que o mundo deveria enfrentar não era simplesmente do capitalismo contra o comunismo, mas do bem contra o mal, de Deus contra o demônio. A América do Norte teria que salvar a herança cristã, e por isso tinha que livrar-se de todas as forças que a impediam de lutar. Os EUA estavam falhando com Deus, e os seus governantes eleitos eram incapazes de frear a conspiração interna. Essa convicção será [...] uma das principais características da extrema direita” (GALINDO, 1995, p. 179).

¹⁷ O PNAC é um think tank americano neoconservador criado, em 1997, com a meta de promover a liderança global dos EUA. De acordo com os seus intelectuais, a América deveria buscar preservar e estender sua posição de liderança global mediante a ampliação do seu poderio militar. Informações podem ser obtidas em <<http://www.answers.com/topic/project-for-the-new-american-century>>.

¹⁸ A adoção de um Estado laico é um dos princípios republicanos basilares instituídos na Primeira Emenda da Constituição dos EUA.

convocado por Deus para liderar a nação neste momento” (EVANS *apud* MARTINS, 2003, p. 8) e a utilização constante de vários preceitos bíblicos no seu discurso como as expressões de “eixo do mal”, “missão divina” e “cruzada” para indicar a “luta final entre o bem e o mal”.

O projeto para um novo século americano e o neoconservadorismo

O PNAC é um *think tank* norte-americano estabelecido na primavera de 1997, por intelectuais e pensadores neoconservadores, com a meta de promover a liderança global americana. De acordo com Chaves, os neoconservadores do PNAC entendem que os EUA devem exercer sua hegemonia no sistema internacional. Hegemonia essa fundada na conquista e na ampliação do seu poderio econômico, político e ideológico. Para eles a conquista e a ampliação do poderio econômico estadunidense dar-se-ia pelo controle dos meios de produção e circulação de bens, capitais e serviços; do poder político pela defesa contra inimigos e ameaças externas; e, do poder ideológico pelo controle sobre a circulação de valores, crenças e idéias.

Tal idéia advém do fato de eles acreditarem que todos os aspectos positivos da ordem internacional se devam ao exercício de liderança por parte dos EUA. É nesse sentido que para eles o Estado deva adotar uma postura mais ativa na preservação da ordem, pois se os EUA se abstiverem dessa tarefa, algum outro haverá de fazê-la e de uma maneira contrária aos seus objetivos, as quais seriam: a configuração de uma ordem internacional favorável aos valores e aos interesses norte-americanos, a garantia da paz e da prosperidade, a manutenção da estabilidade e da segurança e a promoção e a defesa da democracia. Em consequência disso, qualquer inimigo ou ameaça a ordem deverão ser abatido antes mesmo que eles a abalem.

Os neoconservadores acreditam também que o poder, para continuar a existir, deve ser exercitado. Eles consideram que o exercício do poder norte-americano é a chave para se manter a paz e a ordem existentes hoje no mundo. Em decorrência disso, eles dão grande destaque à ampliação dos gastos militares e dos investimentos em novas tecnologias, como forma de possibilitar que as forças armadas estejam aptas a enfrentar com prontidão tanto os desafios atuais quanto os desafios futuros. Sob essa mesma lógica eles defendem a criação de um sistema antimíssil que funcionaria como uma espécie de escudo protetor contra possíveis ataques com armas de destruição em massa.

Basicamente, então, os membros do PNAC defendem um “poder militar forte e pronto para enfrentar os perigos presentes e futuros; uma política externa que, de maneira arrojada e propositiva, promova os princípios norte-

americanos no exterior e uma liderança nacional que aceite as responsabilidades globais dos EUA" (PNAC, 2000, p. 2).¹⁹

Como forma de alcançar o seu principal objetivo em política externa – que seria configurar uma ordem internacional favorável aos valores e interesses norte-americanos – os neoconservadores acreditam que a expansão e a consolidação da “civilização” ocidental por meio da disseminação das instituições democráticas americanas e dos valores de liberdade seriam uma boa saída para isso. De acordo com Santos Filho (2003), toda essa idéia estaria referenciada no *destino manifesto* de defesa dos valores democráticos e da liberdade ocidental sob a ótica civilizacional dos puritanos e de sua crença na missão de construir e manter um Novo-Mundo – só que agora, mais do que nunca, garantido pela supremacia bélica de suas forças armadas e pelo seu poderio bélico.

Vemos, assim, que nos documentos do PNAC a moralidade – vinda da ótica civilizacional e messiânica puritana – é tida como uma questão fundamental para as Relações Internacionais. A explicação mais óbvia para isso é o fato de o nacionalismo norte-americano não ser baseado em laços territoriais ou de sangue, mas, sim, em certos princípios tidos como universais, como os valores democráticos e os de liberdade; e na crença de que a missão dos EUA seja a de levar esses princípios para o mundo.

A influência do fundamentalismo protestante e do pensamento neoconservador na política externa estadunidense pós-11 de setembro

Ao contrastarmos a Doutrina Bush com o documento elaborado pelo PNAC que nós acabamos de analisar, vemos que a nova doutrina de segurança dos EUA reafirma os princípios e as estratégias por eles estipuladas. Tanto o PNAC quanto a Doutrina Bush partem do pressuposto de que, com o fim da Guerra Fria, os EUA são o poder mais preeminente do mundo – por gozarem de uma “posição de incomparável força militar e grande influência política e econômica” (BUSH, 2002, p. 78) – e que todo esse poderio traz consigo algumas responsabilidades, obrigações e oportunidades inigualáveis aos norte-americanos. Em vista disso, as duas estratégias estabelecem como dever dos EUA a promoção da paz e da segurança global, mediante a disseminação de seus valores e das suas instituições democráticas. Isso, por sua vez, implica também a promoção da liderança global americana como forma de

¹⁹ Original: “[...] a military that is strong and ready to meet both present and future challenges; a foreign policy that boldly and purposefully promotes American principles abroad; and national leadership that accepts the United States’ global responsibilities” (PNAC, 2000, p. 2).

garantir a continuidade de todos os benefícios desfrutados na ordem internacional de hoje.

Ambas defendem a incorporação das mudanças revolucionárias que vêm ocorrendo nas últimas décadas, a ampliação dos gastos militares americanos em defesa e armamentos, a manutenção da estratégia de superioridade nuclear americana, a restauração dos seus efetivos militares e o desenvolvimento do sistema de mísseis de defesa global como meios para promover a liderança global americana. Além disso, tanto o PNAC quanto a Doutrina Bush deixam claro que os EUA não hesitarão em agir sozinhos na condução de ataques militares preventivos contra inimigos externos para manter a estabilidade da ordem liderada pelos EUA. “[...] por uma questão de bom senso e autodefesa, a América agirá contra as ameaças que surjam antes mesmo que elas se materializem plenamente” (BUSH, 2002, p. 85).

Vemos, portanto, que o elemento fundamental da política externa americana para a Doutrina Bush e o PNAC é a perspectiva do uso da força. É, nesse sentido, que as duas apóiam o sistema antimíssil de Reagan –, pois, segundo a Doutrina Bush e o PNAC, o desenvolvimento de tal sistema diminuiria os riscos das falhas de inteligência das ações preventivas ao mesmo tempo em que anulariam os perigos de um ataque surpresa no território norte-americano; e o papel fundamental da ampliação do investimento com gastos militares e em novas tecnologias. É nesse sentido também que a Doutrina Bush e o PNAC reconhecem a posição de força sem precedentes dos EUA no mundo e, sem qualquer desculpa, sustentam que o objetivo principal da política externa do país deva ser a manutenção da superioridade norte-americana por meio da dissuasão ao surgimento de potências concorrentes.

Para Martins (2003), o pensamento que orientou a defesa dessas premissas poderia ser resumido em uma única frase:

Washington pode ditar a sua lei onde e quando quiser, porque dispõe de um poderio militar inigualável [...] qualquer consideração de ordem moral se torna impertinente em face da crença absoluta na superioridade do modo de vida, do sistema político e da economia de mercado que caracteriza a “civilização americana”, que está destinada a marcar o século com o seu nome. (MARTINS, 2003, p. 9)

Cabe aqui ressaltar, como fora dito, que essa idéia de superioridade americana contida tanto no PNAC quanto na Doutrina Bush é baseada nas crenças dos puritanos ingleses que iniciaram o processo de constituição interna dos EUA. Foi devido à crença que eles eram a nova “nação eleita” destinada a cumprir os desígnios de Deus na terra e que só eles possuíam o único

governo representativo do mundo que esse sentimento de desprendida superioridade emergiu.

Como Deus havia destinado os norte-americanos a levar as suas luzes ao mundo não-regenerado, eles, como pessoas moralmente melhores, que desfrutavam de direitos negados aos demais povos, viam-se na missão de servir de exemplo para toda a humanidade. Em meio a esse contexto, o intervencionismo norte-americano era visto como a forma de sustentar a prosperidade dos EUA e de permitir que o país realizasse a sua missão. Para os neoconservadores, essa missão seria a de manter a estabilidade global para assim poder garantir a reprodução de um ambiente internacional propício à expansão de seus valores, princípios e objetivos. Da mesma forma, para a Doutrina Bush, a missão dos EUA seria a de manter o mundo livre do terror e trabalhar para fazer do mundo um lugar melhor para todos os cidadãos. Ou seja, tanto a Doutrina Bush quanto o pensamento neoconservador são influenciados pelas idéias do fundamentalismo protestante, na medida em que, para ambos, os EUA são tidos como um país superior e com o dever de proteger os seus valores do mundo “não civilizado”.

Vemos, assim, que as idéias do fundamentalismo protestante são o meio propulsor da ação social dos norte-americanos. Isto é, são as idéias do fundamentalismo protestante que definirão o que é cognitivamente possível ou não para os norte-americanos fazerem. São elas que proscreverão o comportamento dos EUA, na medida em que, de acordo com Wendt (1999), a identidade do Estado é uma construção de duplo sentido: resultado da coletividade do qual é uma instituição social e na relação que estabelece com outros Estados no quadro de referência da estrutura do sistema internacional. Não devemos estranhar, portanto, o fato de as idéias fundamentalistas influenciarem os neoconservadores e a formulação da política externa estadunidense, tendo em vista que foi a partir desse sistema de crenças que a sociedade americana se imaginou como povo.

Do exposto acima, podemos notar, então, que as crenças dos fundamentalistas protestantes, como qualquer crença que é institucionalizada ao longo do tempo, geram as normas que vão formar não somente as identidades, as preferências, e os fins coletivos dos norte-americanos, como também vão prescrever as ações dos EUA no cenário internacional.

Conclusões

O presente artigo tinha por finalidade mostrar que as idéias do fundamentalismo protestante têm influenciado a formulação da política externa estadunidense posta em prática em resposta aos atentados terroristas de 11/9.

Para se chegar a essa conclusão, foi preciso analisar a emergência do pensamento fundamentalista protestante nos EUA, as características da política externa dos EUA e as idéias dos agentes detentores de postos importantes dentro da máquina pública norte-americana, para então poder apontar a sua influência sobre a formulação da política externa estadunidense. Por isso, houve necessidade de analisar as características da política externa dos EUA desde a sua independência até a atual gestão do presidente George W. Bush.

Ao longo deste estudo, além da principal conclusão – a constatação de que o fundamentalismo protestante exerce uma influência sobre a formulação da política externa estadunidense pós-11/9 –, outras “conclusões” puderam ser apreendidas. Uma delas se refere à orientação das políticas dos EUA. Pudemos perceber que, independentemente dos atores que estejam governando os EUA, existe em todas as estratégias de política externa elaboradas por aquele país um certo padrão. Mais precisamente o que nós podemos notar é que todas essas estratégias sempre acabam recebendo um tratamento especial que as reveste de uma interpretação ampla ligada ao destino que o imaginário coletivo do povo estadunidense atribui a si mesmo e ao lugar diferenciado que os EUA deveriam, na perspectiva desse imaginário, ocupar no mundo. Ou seja, notamos que, na orientação da política externa dos EUA, existe em todos os padrões uma constante combinação entre o contexto interativo da atuação e as idéias originárias do imaginário de fundação da sociedade política e do Estado-Nação estadunidense, o qual tem como origem as idéias do protestantismo fundamentalista advindas com os primeiros colonos ingleses que iniciaram o processo de constituição do Estado norte-americano.

Em decorrência da sedimentação das idéias fundamentalistas no imaginário coletivo norte-americano, concluímos também que a formulação da política externa estadunidense é produto dessas idéias e da sua constante reafirmação pelas práticas dos agentes ao longo de sua trajetória histórica. Entretanto, cabe aqui salientar que isso não significa que a política externa estadunidense é sempre a mesma. Pelo contrário, como mostramos aqui, tal política evolui com o tempo e com as alterações contextuais às quais se encontra sujeita tanto interna quanto externamente.

Abstract

This article intends to contribute to a better understanding of the factors that influence the policy of insertion of the US into the international system. For such, it analyzes recurring conduct patterns that have guided the formulation of the US foreign policy, mainly after the 9/11 terrorist attacks. As protestant fundamentalism came along with the first English settlers who arrived in the US, it brought the ideas of 'exceptional nation' and 'special mission' that have had a strong influence not only on the construction of the North-American State and collective identity, but also on the elaboration of national policies, especially in response to the 9/11 terrorist attacks.

Key words: The United States; Protestant fundamentalism; US foreign policy; Neo-conservative movement.

Referências

- A BÍBLIA Sagrada. Tradução para o Português de João Ferreira de Almeida. São Paulo. Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.
- BUSH, George W. A estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos da América. **Política Externa**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 78-113, dez./fev. 2002/2003.
- CHAVES, André d'Almeida. **O pensamento neo-conservador e a política externa dos EUA: a construção da nova ordem internacional**. Disponível em: <http://www.ciari.org/investigacao/o_pensamento_neoconservador_pe_eua.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2006.
- DIVINE, Robert A. **América: passado e presente**. Rio de Janeiro: Nórdica, c1992.
- GALINDO, Florêncio. **O fenômeno das seitas fundamentalistas**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- KUBÁKOVA, Vendulka. **Foreign policy in a constructed world**. London: M.E Sharpe, 2001.
- KUBÁKOVA, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWET, Paul. **International relations is a constructed world**. London: M.E Sharpe, 2001.
- MARTINS, Luciano. O fundamentalismo de Bush e a Ordem Mundial. **Política Externa**, v. 12, n. 3, p. 5-21, fev./mar. 2002/2003.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

Rebuilding America's defenses: Strategy, forces and Resources for a New Century. **Project for the New American Century**. Disponível em <www.answers.com/topic/project-for-the-new-american-century>. Acesso em: 8 mar. 2006.

SANTOS FILHO, Onofre. **A Organização das Nações Unidas e o conflito no Iraque: perspectivas**, 2003.

SCHLESINGER, Arthur Meier. **Os ciclos da história americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

SELLERS, Charles Grier; MAY, Henry Farnham; MCMILLEN, Neil R. **Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial**. Rio de Janeiro: Zahar, c1990.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Puritanismo, individualismo e pragmatismo na resposta americana ao terror. **Política Externa**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 32-48, dez./fev. 2001/2002.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Doutrina Bush foi gerada há dez anos. **Política Externa**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 50-54, dez./fev. 2002/2003.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. A política externa norte-americana em transição: de Clinton a George W. Bush. **Política Externa**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 71-101, set./nov. 2001.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.